

RECOMENDAÇÕES DA DECLARAÇÃO DE INCHEON: DESAFIOS PARA O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

Ester Assalin
UFGD - assalin@hotmail.com

Andréia Vicência Vitor Alves
UFGD - andreiaalves@ufgd.edu.br

Jorge Alarcón Leiva
U. TALCA - j.alarconleiva@gmail.com

Introdução

A Declaração de Incheon: Educação 2030: Rumo a uma Educação de Qualidade Inclusiva e Equitativa e à Educação ao Longo da Vida para Todos (Declaração de Incheon), aprovada no Fórum Mundial de Educação em 2015, na Coreia do Sul, marca um momento importante na formulação de políticas educacionais globais para o período até 2030. Organizada pela UNESCO, em colaboração com outras entidades internacionais como Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), Banco Mundial e União das Nações Unidas (ONU) Mulheres, a Declaração tem como objetivo central garantir educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos ao longo da vida.

Contudo, o desafio de transpor essas metas globais para realidades regionais, muitas vezes marcadas por desigualdades socioeconômicas e culturais profundas, tem gerado discussões sobre a viabilidade de sua implementação. O presente trabalho propõe uma análise das metas 05 a 11 da Declaração de Incheon, explorando os obstáculos e desafios quanto ao planejamento de ações para a implementação dessas diretrizes globais nos diversos contextos locais, fazendo uso da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental.

Desenvolvimento

A Declaração de Incheon estabelece metas educacionais globais voltadas para promover a equidade, inclusão e qualidade na educação em todo o mundo, comprometendo-se “em caráter de urgência, com uma agenda de educação única e renovada, que seja holística, ousada e ambiciosa, que não deixe ninguém para trás” (Unesco, 2015, p. 7).

A Declaração de Incheon propõe uma visão transformadora e universal de educação, considerada uma visão humanista e do desenvolvimento, que tem base nos

“[...] direitos humanos e na dignidade; na justiça social; na inclusão; na proteção; na diversidade cultural, linguística e étnica; e na responsabilidade e na prestação de contas compartilhadas” (Declaração de Incheon: Educação 2030, 2015, s.p.).

Ela tem como preocupação o fato de uma grande quantidade da população mundial ainda estar fora da escola e viver em áreas afetadas por conflitos; em contexto de crises, violência e ataques a instituições de ensino, assim como desastres naturais e pandemias, que prossegue prejudicando a educação e o desenvolvimento em âmbito mundial. E aborda que educação é imprescindível para “[...] a paz, a tolerância, a realização humana e o desenvolvimento sustentável”, reconhecendo-a como elemento-chave para que seja atingido o pleno emprego e a eliminação da pobreza (Declaração de Incheon: Educação 2030, 2015, s.p.).

Desta feita, apresenta recomendações direcionadas a garantir uma educação inclusiva, equitativa e para o desenvolvimento sustentável até 2030, propondo a realização de plano de ação por parte dos países com vistas à implementação das mesmas, quais sejam:

- igualdade de gênero na educação, com vistas a eliminar as disparidades de gênero em todos os níveis educacionais;
- aprendizagem e competências para jovens e adultos, em busca de garantia de que todos os jovens e uma proporção significativa de adultos adquiram competências básicas de alfabetização e aritmética até 2030;
- educação para a sustentabilidade, concorrendo para a promoção do desenvolvimento sustentável por meio da educação, assegurando que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades para promover a sustentabilidade;
- construção de instalações educacionais seguras e inclusivas, para a garantia de que todas as escolas sejam seguras, inclusivas e propiciem ambientes de aprendizagem eficazes e acolhedores;
- aumento do financiamento para a educação, visando a ampliação do financiamento público e a garantia do uso eficiente dos recursos para educação.

Tais metas da Declaração apresentam recomendações para a melhoria das condições de igualdade e para a sustentabilidade no âmbito da educação mundial, que se constituem desafio para o planejamento educacional dos países no que tocante à

eliminação das desigualdades de gênero, o aumento das competências básicas para jovens e adultos e a promoção de ambientes escolares seguros e sustentáveis.

Krawczyk (2013) destaca que a tentativa de adaptação dessas diretrizes globais para diferentes contextos locais enfrenta uma série de barreiras. Segundo a autora, as especificidades culturais e socioeconômicas de cada região exigem políticas educacionais diferenciadas, algo que as metas globais muitas vezes não contemplam de forma adequada por apresentarem recomendações gerais a serem inclusas no planejamento, formulação e implementação de ações nos países, que não condizem exatamente com a realidade dos mesmos.

Isso resulta por vezes em uma implementação desigual, com países mais pobres enfrentando dificuldades significativas para materializar as recomendações estabelecidas, devido à falta de infraestrutura e à escassez de recursos, por mais que as Declarações recomendem a destinação de recursos para tanto e ainda o apoio dos organismos internacionais e a parceria público-privado para tanto.

Além disso, Secchi (2012) argumenta que a equidade educacional vai além da simples igualdade de acesso, destacando a importância de políticas redistributivas que possam corrigir as desigualdades estruturais entre diferentes regiões. Ele afirma que a resistência cultural, combinada com a falta de recursos financeiros, é um obstáculo significativo para a implementação das metas globais, especialmente em países de baixa renda, onde o financiamento da educação é insuficiente. Mas vale dizer, quanto à resistência cultural, da importância de os países organizarem seu planejamento educacional conforme as especificidades e necessidades de sua população.

Os investimentos governamentais são essenciais para o planejamento e a implementação das recomendações da Declaração de Incheon. De acordo com Souza e Kerbauy (2018), para que os países possam alcançar as metas propostas, é necessário que entre 4% e 6% do Produto Interno Bruto (PIB) seja destinado à educação. No entanto, muitos países ainda estão longe de atingir esse nível de investimento, o que prejudica os avanços em termos de qualidade educacional e inclusão.

Shiroma e Zanardini (2020) também apontam a importância da cooperação internacional, especialmente na formação e capacitação de professores. Países em desenvolvimento, que possuem sistemas educacionais frágeis, dependem de recursos internacionais para qualificar seus educadores e melhorar suas infraestruturas. Contudo,

insistimos em dizer que sem um planejamento educacional adequado às necessidades locais, essas iniciativas podem não atingir os resultados esperados, perpetuando as desigualdades no acesso e na qualidade da educação.

Conclusão

A análise das metas educacionais globais revela que sua implementação enfrenta grandes desafios, principalmente quando se trata de planejar ações consoantes as recomendações da supracitada Declaração para os contextos locais. Embora o esforço global seja importante, existe disparidades regionais e locais e os recursos limitados são barreiras difíceis de superar.

A adequação do planejamento educacional dos países às metas globais para a melhoria de condições de igualdade e sustentabilidade é questão complexa e, muitas vezes, ineficaz, devido às suas particularidades culturais e socioeconômicas. A falta de investimentos consistentes, as diversidades e a inadequação das infraestruturas educacionais em países economicamente menos favorecidos são fatores que precisam ser considerados no planejamento e execução de políticas públicas educacionais, além da resistência cultural local as metas globais, uma vez que estas por vezes não estão totalmente condizentes com a realidade educacional dos mesmos, que precisa ser considerada.

Referências

ALVES, Andréia Vitor Vicência; GIMENES, Pâmela Caetano. **Acordos internacionais e sua influência na gestão e no planejamento educacional do Brasil e do Paraguai**. Série-Estudos, v. 28, n. 62, jan./abr. 2023.

KRAWCZYK, Nora. **Pesquisa comparada em educação na América Latina: situações e perspectivas**. Educação, v. 17, n. 3, set./dez., 2013.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Tereza Miceli. **O direito à educação básica nas declarações sobre educação para todos de Jomtien, Dakar e Incheon**. Revista on line de Política e Gestão Educacional, v. 22, n. 2, 2018.

SHIROMA, Eneida; ZANARDINI, Isaura Monica Souza. **Estado e Gerenciamento da Educação para o Desenvolvimento Sustentável: Recomendações do Capital**

Expressas na Agenda 2030. RPGE – Revista on line de Política e Gestão Educacional, v. 24, n. esp. 1, 2020.

UNESCO. **Marco da educação 2030:** Declaração de Incheon. Incheon, Coreia do Sul: UNESCO, 2015.